ReGeo ISSN: 2177-3246

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: A CONTINUIDADE DA DISCUSSÃO DIALÓGICA

SPECIAL EDUCATION AT THE FEDERAL INSTITUTE OF RIO DE JANEIRO: THE CONTINUITY OF DIALOGICAL DISCUSSION

EDUCACIÓN ESPECIAL EN EL INSTITUTO FEDERAL DE RÍO DE JANEIRO: LA CONTINUIDAD DEL DIÁLOGO

https://doi.org/10.56238/revgeov17n6-128

Data de submissão: 11/05/2026 **Data de publicação:** 25/06/2026

Kátia Arruda Dias
Doutora em Ciências, Tecnologias e Inclusão
Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: katia.dias@ifrj.edu.br

Thiago Corrêa Lacerda
Doutor em Física
Instituição: Professor de Física do IFRJ
E-mail: thiago.lacerda@ifrj.edu.br

Vanessa do Carmo Correia
Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão
Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: vanessacorreia@id.uff.br

RESUMO

O presente artigo trata de um diálogo comparativo entre os resultados encontrados em duas pesquisas, a primeira, realizada no curso de mestrado em 2020, a segunda, a pesquisa do doutorado em 2024, com propósito de continuidade dialógica, com gestores e coordenadores dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), sobre a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). A pesquisa se debruçou na identificação e na análise de como se dá o processo de inclusão no IFRJ. Metodologicamente, nas duas pesquisas utilizamos abordagens qualitativa e quantitativa, e pesquisa participante empregando como instrumentos de coleta de dados, o levantamento bibliográfico, a análise de acervo documental e entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas. Para análise dos dados, nas duas pesquisas utilizamos a análise de conteúdo proposta por Bardin. E ao final, a integração dos resultados das duas pesquisas, que complementa e amplia as discussões, promovendo continuidade ao debate. Os resultados da pesquisa mostraram que os núcleos de acessibilidade, apesar das dificuldades, têm demonstrado compromisso com a inclusão. Nos NAPNEs, a limitação de infraestrutura e a carência de recursos humanos e financeiros impede ações mais eficazes. Concluímos que os NAPNES são, até o momento, a única iniciativa voltada ao público da EE nos campi, contribuindo para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência desses estudantes, promovendo uma educação inclusiva, embora de forma ainda limitada. E que a prática da Responsabilidade Social no IFRJ, mesmo com os avanços, ainda enfrenta desafios, incluindo a naturalização da violação dos direitos humanos dessas pessoas. Concluímos que a implementação da inclusão no IFRJ, requer mais do que apenas documentos; exige ações práticas e concretas, contribuindo para a disseminação da cultura de inclusão e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Instituto Federal do Rio de Janeiro. Núcleos de Acessibilidade. NAPNEs.

ABSTRACT
This article presents a comparative dialogue between the results found in two research projects: the first, conducted during a master's degree in 2020, and the second, a doctoral research project in 2024, aimed at maintaining a dialogical continuity with managers and coordinators of the Centers for Assistance to People with Special Needs (NAPNEs), regarding the inclusion of students with disabilities and specific needs at the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ). The research focused on identifying and analyzing how the inclusion process occurs at IFRJ. Methodologically, both studies employed qualitative and quantitative approaches, and participatory research, using bibliographic research, documentary analysis, and semi-structured interviews with open-ended questions as data collection instruments. For data analysis, both studies used content analysis as proposed by Bardin. Finally, the integration of the results from both studies complements and expands the discussions, promoting continuity in the debate. The research results showed that the accessibility centers, despite the difficulties, have demonstrated a commitment to inclusion. In the NAPNES (Centers for Support to Students with Special Educational Needs), limited infrastructure and a lack of human and financial resources hinder more effective actions. We conclude that the NAPNES are, to date, the only initiative aimed at the EE (Special Education) population on the campuses, contributing to guaranteeing not only access but also the retention of these students, promoting inclusive education, albeit in a still limited way. And that the practice of Social Responsibility at IFRJ (Federal Institute of Rio de Janeiro), even with the advances, still faces challenges, including the normalization of the violation of the human rights of these people. We conclude that the implementation of inclusion at IFRJ requires more than just documents; it demands practical and concrete actions, contributing to the dissemination of a culture of inclusion and human rights.

Keywords: Special Education. Inclusion. Federal Institute of Rio de Janeiro. Accessibility Centers. NAPNEs.

RESUMEN
Este artículo presenta un diálogo comparativo entre los resultados de dos proyectos de investigación: el primero, realizado durante una maestría en 2020, y el segundo, un proyecto de investigación doctoral en 2024, cuyo objetivo era mantener una continuidad dialógica con los gestores y coordinadores de los Centros de Asistencia a Personas con Necesidades Especiales (NAPNEs), en relación con la inclusión de estudiantes con discapacidades y necesidades específicas en el Instituto Federal de Río de Janeiro (IFRJ). La investigación se centró en identificar y analizar cómo se produce el proceso de inclusión en el IFRJ. Metodológicamente, ambos estudios emplearon enfoques cualitativos y cuantitativos, e investigación participativa, utilizando investigación bibliográfica, análisis documental y entrevistas semiestructuradas con preguntas abiertas como instrumentos de recolección de datos. Para el análisis de datos, ambos estudios utilizaron el análisis de contenido propuesto por Bardin. Finalmente, la integración de los resultados de ambos estudios complementa y amplía las discusiones, promoviendo la continuidad en el debate. Los resultados de la investigación mostraron que los centros de accesibilidad, a pesar de las dificultades, han demostrado un compromiso con la inclusión. En los NAPNES (Centros de Apoyo a Estudiantes con Necesidades Educativas Especiales), la infraestructura limitada y la falta de recursos humanos y financieros dificultan acciones más efectivas. Concluimos que los NAPNES son, hasta la fecha, la única iniciativa dirigida a la población de Educación Especial en los campus, contribuyendo a garantizar no solo el acceso sino también la retención de estos estudiantes, promoviendo la educación inclusiva, aunque de manera aún limitada. Asimismo, la práctica de la Responsabilidad Social en el IFRJ (Instituto Federal de Río de Janeiro), incluso con los

ISSN: 2177-3246

avances, aún enfrenta desafíos, incluyendo la normalización de la violación de los derechos humanos de estas personas. Concluimos que la implementación de la inclusión en el IFRJ requiere más que simples documentos; exige acciones prácticas y concretas que contribuyan a la difusión de una cultura de inclusión y derechos humanos.

Palabras clave: Educación Especial. Inclusión. Instituto Federal de Río de Janeiro. Centros de Accesibilidad. NAPNE.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um recorte realizado nos resultados de uma dissertação e de uma tese. As duas pesquisas objetivaram analisar a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

Levando-se em conta os desdobramentos da dissertação [1] do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, que teve como objetivo ouvir e identificar as concepções dos gestores de ensino e dos coordenadores dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) sobre a inclusão de alunos com deficiência ou necessidades específicas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFRJ, amplificando suas vozes e identificando as potencialidades e limitações apontadas pelos gestores e coordenadores dos NAPNEs nos atendimentos aos estudantes de cada núcleo, a fim de pautar um trabalho conjunto e criar melhorias nas condições de acesso, permanência e êxito dos discentes público da Educação Especial (EE) do IFRJ.

E a tese [2] objetivou investigar como ocorre o processo de inclusão voltadas ao público da Educação Especial e aos estudantes com necessidades específicas do IFRJ.

Diante da relevância dos diagnósticos sobre a inclusão como Política Pública no IFRJ encontrados nos resultados da dissertação, tornou-se necessário na tese, a continuidade do processo de investigação iniciado no curso de mestrado, que trouxe dentre outras contribuições: (i) um painel bastante detalhado da perspectiva inclusiva no IFRJ, que só se consolida no papel, se desenhando através de um macrocenário e se mostrando sob uma ótica de inclusão que ainda não se solidifica, por não se concretizar nos campi; (ii) o estabelecimento de continuidade dialógica com o tema e com a pesquisa anterior. Sendo assim, estas contribuições puderam trazer elucidações para um melhor entendimento da política pública de inclusão no IFRJ.

A necessidade e a importância deste estudo são validadas diante de uma pesquisa com resultado escasso e pouco especializado, diagnosticado durante a realização do levantamento bibliográfico, principalmente de pesquisas sobre: responsabilidade social, práticas inclusivas na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) e, sobretudo, de práticas inclusivas no IFRJ,

1 DIAS, Kátia Arruda. Um suporte de acessibilidade: um guia orientador na educação profissional tecnológica do IFRJ. 415 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2020.

2 DIAS, Kátia Arruda. O Ensino Politécnico no Brasil e em Portugal: Uma Análise sobre a Responsabilidade Social com a Educação Especial no IFRJ e no IPV. 2025. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão) - Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

evidenciando, assim, um campo fértil para estudos acadêmicos e produções de materiais sobre o assunto.

Este trabalho objetiva integrar os resultados da pesquisa realizada no curso de mestrado em 2020, com os resultados da pesquisa do doutorado em 2024, com propósito de continuidade dialógica, com gestores e coordenadores dos NAPNEs sobre a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas do IFRJ.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Faremos uma breve contextualização histórica da instituição pesquisada, o IFRJ, cenário e lócus do estudo, com base em conteúdos disponíveis no site oficial do IFRJ.

O IFRJ teve sua origem com a criação do Curso Técnico de Química Industrial, na década de 1940, durante a 2ª Guerra Mundial, em um momento em que a área de química industrial era vista como estratégica para o Brasil. Em 1999 tornou-se o Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (CEFETQ) que, em 2001, passou a oferecer cursos de graduação e pós-graduação, além dos cursos do Ensino Médio e Técnico. Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a), o CEFETQ foi transformado em IFRJ.

A estrutura organizacional dos Institutos Federais (IFs) é definida pela Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a), que institui a RFEPCT, e cria os IFs. Os IFs dispõem de estrutura organizacional, diferentemente das escolas de educação básica, que lhes permite serem comparados às Universidades Federais.

O IFRJ é uma Instituição de Educação Básica e Superior, pluridisciplinar e multicampi, especializado na oferta de Educação Profissional e Tecnológica, com atuação na pesquisa, na inovação e na extensão, goza de autonomia universitária. O IFRJ atua em diferentes níveis e modalidades do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, desde a Educação Profissional, com cursos de extensão, oferecendo formação na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), passando por cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no nível Fundamental, Ensino Nível Médio (técnicos que podem ser cursados de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio), Curso Superior de Tecnologia, Bacharelado, Licenciatura, Pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu*.

O IFRJ conta atualmente com 15 *campus* instalados no estado do Rio de Janeiro, são eles: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti,

Volta Redonda e a Reitoria. Segundo o portal da Instituição, o IFRJ foi contemplado com três novos *campi*: Parque Olímpico, Teresópolis e Complexo do Alemão.

2.2 A INTEGRAÇÃO E CONTINUIDADE DIALÓGICA AOS RESULTADOS DA PESQUISA DE 2020

O curso de mestrado profissional produziu como produto do curso, um Guia Orientador (Dias; Fernandes; Salgado, 2020) e dois livros: o primeiro intitulado "Práticas Pedagógicas na Educação Especial: um suporte para a promoção do acesso, permanência e êxito" (Dias; Fernandes; Salgado, 2021) e o segundo intitulado "Inclusão como Política Pública na Rede Federal: um olhar sobre o IFRJ" (Dias; Fernandes; Salgado, 2021a), além de repercussões, após as publicações e a divulgação dos resultados.

Considero que essas mobilizações resultam diretamente dos achados e das projeções delineadas pela pesquisa, que evidenciaram uma crescente preocupação com a inclusão como um eixo central das Políticas Públicas. Essa preocupação abrange aspectos fundamentais como o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência e necessidades específicas. Trata-se de uma inquietação relativamente recente, que ganhou relevo com a chegada repentina e pouco prevista de um número significativo de estudantes com tais necessidades. Esse cenário ocorreu apesar dos alertas emitidos pelos Núcleos de Acessibilidade do IFRJ, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em 2015, e da Lei de Reserva de Vagas, em 2017.

Outro achado relevante da pesquisa, que gerou grande repercussão, foi a constatação de um expressivo aumento de 913% no número de matrículas de estudantes com deficiência e necessidades específicas nos campi do IFRJ, entre os anos de 2014 e 2020. Esse crescimento substancial reforça a importância de aprofundarmos a investigação, permitindo não apenas compreender melhor o contexto e os desafios da inclusão, mas orientar políticas institucionais e de responsabilidade social que atendam adequadamente a essa nova realidade.

A fim de alavancar a continuidade da pesquisa e dentro do cenário apresentado nos resultados da dissertação, foi importante questionarmos: até que ponto a herança da Rede Federal de 1909 ainda vigora invisivelmente, quando os IFs, em 2024, não possuem uma política de inclusão institucional? Por que o IFRJ, somente em junho de 2023, criou sua Política de Inclusão? Foi preciso esperar um aumento de mais de 913% para criar uma política de inclusão? É necessário criar uma política de inclusão para que a inclusão ocorra numa instituição? Por que os dispositivos legais de âmbito nacional não garantem a inclusão? O que une os dois cenários da pesquisa? Tais questionamentos foram os elementos centrais que nos motivaram a continuidade da pesquisa.

Dada motivação para realização do doutorado com os resultados encontrados e as perspectivas traçadas, sabemos que a investigação na tese se qualificou pela importância que pode vir a representar nas respostas a esses questionamentos, e no delineamento de um caminho para instituições politécnicas, ou não, especialmente para o IFRJ, após a criação de sua Política de Inclusão Institucional em 2023.

Por isso, com o propósito de dar continuidade aos resultados obtidos sobre a inclusão de alunos com deficiência e necessidades específicas na Educação Profissional e Tecnológica do IFRJ, e transportando para uma nova pesquisa, após quatro anos, iremos apresentar neste estudo os desdobramentos, após sua divulgação.

Após a devida apresentação das metodologias utilizadas nas duas pesquisas, passaremos para a seção resultados e discussões, onde serão apresentados os resultados da pesquisa no mestrado em 2020, em seguida, a apresentação dos resultados encontrados no doutorado, já fazendo uma análise reflexiva comparativa das duas pesquisas, possibilitando a integração dos resultados com propósito de continuidade dialógica às interlocuções com gestores de ensino e coordenadores dos núcleos de acessibilidade sobre a inclusão de alunos com deficiência e necessidades específicas no IFRJ.

Dessa forma, este trabalho objetiva somente apresentar um estudo comparativo entre os resultados encontrados na dissertação em 2020 e na tese em 2024. Ambas as pesquisas, analisaram como se dá a inclusão de estudantes com deficiência e necessidades específicas no IFRJ.

3 METODOLOGIA

Este estudo encontra-se no âmbito das pesquisas com abordagens qualitativa e quantitativa, e utiliza a pesquisa participante empregando como instrumentos de coleta de dados, o levantamento bibliográfico, a análise de acervo documental e entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas.

Para que fosse possível a intenção de aproximarmos e integrarmos as duas pesquisas, utilizamos uma metodologia próxima a utilizada na pesquisa do mestrado, porém com atualização dos dados e com atores diferentes. Assim, surgiu a oportunidade de pesquisarmos como se dá o processo de inclusão no IFRJ e no Instituto Politécnico de Viseu (IPV) em Portugal, ambas instituições politécnicas, uma no Rio de Janeiro, Brasil, a outra, em Viseu, Portugal.

Dessa forma, as duas pesquisas avançaram por dois caminhos preliminares, e um terceiro, a partir das análises dos dados. No primeiro caminho, dedicando-se a um levantamento bibliográfico em bases de dados, no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sobre publicações no âmbito da Educação Profissional, da Responsabilidade Social, da Educação

Especial, e da Educação Politécnica na RFEPCT [3] , no IFRJ [4] e no IPV [5] , que serviram de base reflexiva para elaboração da pesquisa. Na pesquisa do mestrado, o levantamento bibliográfico foi realizado no período de 2010 a 2018, e no doutorado no período de 2020 a 2024. Na pesquisa de 2020, não foram pesquisados os termos Responsabilidade Social e IPV.

A análise do acervo documental foi o segundo caminho nas duas pesquisas, e teve como finalidade conhecer os documentos de caráter mandatários que regem a Educação Profissional e a Educação Especial no Brasil e suas relações com a investigação. Além dos documentos normativos internos do IFRJ.

Em 2024, a análise documental incluiu as legislações que regem a Educação Profissional e a Educação Especial em Portugal e os documentos normativos internos do IPV, além de solicitação de informações através do sistema e-Sic, para obtenção de dados atualizados do IFRJ. Na análise documental foram avaliadas as legislações como: leis, decretos, resoluções, portarias, pareceres e notas técnicas, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006; ratificada em Portugal, 2009); Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (2006), e os dados coletados no e-Sic. Em 2020, exceto os documentos referentes a Portugal e a pesquisa no e-Sic.

No terceiro caminho, por meio de entrevistas com 14 questões abertas e questionário. Os participantes da pesquisa de 2020, através de entrevistas, foram: (i) quatro Gestores ligados ao ensino do âmbito da Reitoria (o Reitor do IFRJ, a Pró-Reitora da Pró-Reitoria do Ensino Básico, Técnico, Tecnológico, a Pró-Reitora da Pró-Reitoria de Extensão, que foi substituída pelo Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e o Diretor de Diversidades e Ações Afirmativas; (ii) dezesseis Gestores de Ensino nos *campi* do IFRJ, os Diretores de Ensino.

E com questionário, os quinze coordenadores dos NAPNEs, hoje, Coordenação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CONAPNEs), que são os protagonistas e articuladores das ações inclusivas da Instituição, possibilitando reflexões sobre as práticas diárias, instrumentalizando os *campi* do IFRJ. Cabe lembrar que, na pesquisa de 2024, não utilizamos o questionário, somente as entrevistas com as mesmas perguntas utilizadas anteriormente, porém adaptadas ao IPV. Com a vice-presidência do IPV, e a coordenação do Núcleo de Apoio à Inclusão de Estudantes com Necessidades Educativas Específicas (NAI-ENEE), do IPV, realizando uma integração

3 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/
4 Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/institucional/documentos-institucionais-e-norteadores
5 Disponível em: https://www.ipv.pt/homepage/diversidade-eigualdade/

e dando continuidade dialógica aos resultados obtidos na pesquisa realizada no curso de mestrado em 2020.

Em síntese, foram realizadas, ao todo, vinte entrevistas, sendo dessas, quatro entrevistas com os Gestores de Ensino da Reitoria e dezesseis entrevistas com Diretores de Ensino dos *campi*. Ainda, foram respondidos quinze questionários pelos Coordenadores dos NAPNEs, perfazendo uma adesão integral dos pesquisados, 100% dos trinta e cinco sujeitos previstos na amostra. E duas entrevistas no IPV, em 2023.

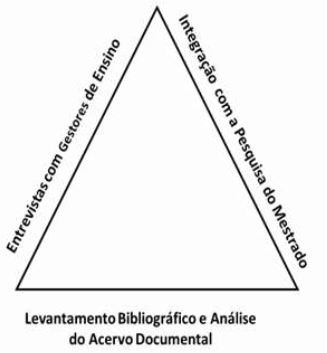
Na pesquisa de 2024, utilizamos, na coleta dos dados, o recurso da triangulação de metodologias, com três macrocategorias. Dessa forma, consideramos, na primeira categoria, o levantamento bibliográfico e a análise do acervo documental, como uma metodologia de natureza igual. Por isso, julgamos essa primeira etapa, com os dois modelos, como a base da triangulação, dada a importância do material, e, por ser um material denso, possibilitando revisitar o caminho percorrido pela EP, EE, RFEPCT, IFRJ e o IPV.

A base da triangulação deste trabalho, ou seja, o levantamento bibliográfico e a análise do acervo documental, foram os primeiros procedimentos da coleta de dados e serviram de base para elaboração da pesquisa, consolidando a fundamentação teórica e servindo como estrutura fundamental para todos os outros momentos da pesquisa.

Como segunda categoria da triangulação, elencamos as entrevistas, que possibilitaram coletar informações sobre as percepções dos sujeitos e as informações de como os participantes percebem os fatos. E, como terceira categoria, a realização da integração com a pesquisa realizada no curso de mestrado em 2020, dando continuidade dialógica aos resultados revelados sobre a inclusão como Política Pública no IFRJ.

A pesquisa documental aponta para uma série de vantagens, pois há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (Gil, 2002) (Figura 1).

Figura 1. Triangulação de Metodologias com Três Macrocategorias



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro caminho serviu como base para a triangulação, por meio do levantamento bibliográfico e posterior análises do material, das análises documentais que amparam a RFEPCT, o IFRJ, o IPV, a EE e a EP no Brasil e em Portugal, da análise do material coletado através do e-Sic.

No segundo caminho e como segunda categoria da triangulação, as análises das entrevistas realizadas no IPV. E, no terceiro caminho e como terceira categoria da triangulação, a integração desses resultados com a pesquisa realizada no curso de mestrado em 2020.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados de acesso público, o processo da análise documental foi realizado entre os anos de 2022 e 2023. A escrita da tese e coleta de dados no serviço de informação ao cidadão, e-sic, na plataforma governamental Fala.BR, se iniciou no ano de 2024.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental diferem entre si pela natureza dos textos, ainda que sejam parecidos.

Lüdke e André (1986), afirmam que a análise documental é uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvendando aspectos novos de um tema ou problema, compreendemos que, a técnica nos proporcionou uma visão das políticas nacionais e internacionais sobre os direitos das PcDs.

Na compreensão de Minayo (2009), a entrevista é uma forma privilegiada de comunicação e de coleta de informações, sendo uma das estratégias mais utilizadas no processo de pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. A entrevista sendo do tipo semiestruturada implica dizer que o pesquisador pode fazer perguntas livres e específicas, deixando que o entrevistado responda de acordo com o seu entendimento (Gil, 1999).

As entrevistas, segundo Lüdke e André (1986), constituem uma das maiores fontes de coletar informações sobre as percepções dos sujeitos, um momento de interação social e de diálogos sobre o assunto envolvido.

Nesse sentido, a entrevista, de acordo com Minayo (1996), produz dados de duas naturezas: os que o pesquisador pode conseguir por outras fontes e os que se referem diretamente ao entrevistado, como suas atitudes, valores e opiniões.

Na pesquisa de 2020, não foi utilizado a triangulação de dados, somente a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Após o final da pesquisa bibliográfica e da análise documental, foi pensado o Projeto para a Plataforma Brasil.

De acordo com a proposta metodológica desta pesquisa, para o levantamento e análise dos dados foram consideradas as informações obtidas através de todo material bibliográfico e documental pesquisado e do resultado das análises das informações obtidas no e-Sic.

No que diz respeito às solicitações de informações realizadas ao Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União [6] (CGU), criou o e-Sic, um sistema eletrônico amparado pela Lei de acesso (Lei nº 12.527/2011), que serve como mecanismo para os pedidos de informação. Além disso, criou em 2013, o manual da lei dá acesso à informação para estados e municípios e em 2016, o manual do e-Sic, um guia para cidadãos com todo o passo a passo para a realização do pedido.

Diante disso tudo, entendemos que a Lei de Acesso, visa assegurar a garantia do acesso à informação a quem interessar, fortalecendo, assim, a transparência pública, em consequência disso, abrimos em 16 de julho de 2024, no *site* gov.br [7] através do fala.BR [8] , o processo n° 23546.066020/2024-67, solicitando ao IFRJ algumas informações.

A pesquisa foi submetida à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa [9] (CEP), via Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 70572123.7.0000.8160, por envolvimento de seres humanos.

Os dados serão analisados utilizando o método de análise de conteúdo, que é uma técnica de tratamento de dados proposta por Bardin (2011). Segundo a autora, análise de conteúdo é:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p.42).

No entendimento de Bardin (2011), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados que visa a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, com

6 Controladoria Geral da União Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasiltransparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf > Controladoria Geral da União Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistem.a/site/dicas_pedido.html>
7 https://falabr.cgu.gov.br/web/principal
8 https://falabr.cgu.gov.br/
9 Disponível em: http://cephumanas.sites.uff.br/

a finalidade de interpretá-los (Minayo, 2010). Na perspectiva de Minayo (2011), com base em Bardin (2011), esse tipo de análise objetiva ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação, buscando alcançar uma vigilância crítica ante a comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou resultados de observação (Minayo, 2010).

Em suas palavras, ela esclarece que existe um sentido implícito que deve ser desvendado nos discursos, a análise de conteúdo visa decompor as unidades léxicas ou temáticas de um texto, por esse motivo, escolhemos o método de análise de conteúdo, para a interpretação dos dados coletados. Em suma, a análise de conteúdo visa à descrição e interpretação da realidade: *"fazer uma análise temática consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido"* (Bardin, 2011, p.105).

Na avaliação da autora, a análise tem como objetivo examinar, categorizar e classificar os dados de forma que possibilitem alcançar as respostas para o problema proposto na investigação. Com o intuito de facilitar a operacionalização, esses procedimentos foram desdobrados em três etapas: *"pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação"* (Bardin, 2011, p.95).

De acordo com Bardin (2011), a pré-análise é a etapa em que o material coletado e organizado proporcionará uma imersão nos elementos inclusos nos documentos a serem explorados, refazendo os objetivos iniciais da pesquisa.

A autora ainda esclarece que, a exploração do material ocorre quando é feita a fragmentação dos textos, das falas dos sujeitos, dos documentos, dos registros, equivale a uma classificação, que objetiva atingir o Núcleo de compreensão do texto.

Fundamentado e orientado no ponto de vista de Bardin (2011), sobre a análise de conteúdo, foram realizadas no material, inferências, identificando os Núcleos de sentidos nas classificações realizadas, sempre dialogando com as interpretações anteriores, relacionando-as com o material delimitado e desenhado inicialmente.

Seguindo com o entendimento sobre análise de conteúdo Lüdke e André (1986, p.48): *"É preciso que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas que mergulhe fundo, revelando conteúdos implícitos e dimensões contraditórias e questões 'silenciadas'"*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA PESQUISA DE 2020

O Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa teve como objetivo principal compreender e identificar as concepções dos Gestores de Ensino sobre a inclusão de alunos com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica, e ainda, amplificar as vozes dos Coordenadores dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, identificando as potencialidades e as limitações dos Núcleos, para uma possível consolidação do trabalho conjunto e melhorias nas condições de acesso, permanência e êxito dos discentes, público-alvo da Educação Especial do IFRJ.

Sendo assim, os dados colhidos na pesquisa foram analisados utilizando o método de análise de conteúdo, que é uma técnica de tratamento de dados proposto por Bardin (2011). Assim, foram geradas quatro categorias e onze subcategorias nas análises das narrativas dos Gestores de Ensino e dos Coordenadores dos NAPNEs do IFRJ, conforme observamos no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias e Subcategorias da pesquisa do mestrado

CATEGORIAS TEMÁTICAS	**SUBCATEGORIAS**
4.1 – Estrutura, potencialidades e limitações no atendimento aos discentes público da Educação Especial no IFRJ	4.1.1- Perfil dos Participantes
	4.1.2- Estrutura dos NAPNES
	4.1.3- Função e Trabalho desenvolvido pelos NAPNEs
	4.1.4- Potencialidades e limitações dos NAPNEs
	4.1.5 - Impacto do trabalho dos NAPNEs no processo ensino-aprendizagem
4.2- Concepções dos pesquisados sobre inclusão de alunos público da Educação Especial na educação profissional e tecnológica.	4.2.1- Percepção dos Gestores e Coordenadores dos NAPNEs sobre a inclusão.
	4.2.2- Visão dos participantes sobre a criação de um Guia Orientador para o desenvolvimento de um trabalho mais inclusivo.
4.3 - A Gestão e a Inclusão no IFRJ.	4.3.1- Propostas de projetos da gestão para os NAPNEs e o trabalho dos NAPNEs na visão dos Gestores
	4.3.2- Articulação entre NAPNEs e Gestores
4.4- Perspectivas de trabalho	4.4.1- Elaboração do produto
	4.4.2- Ampliação de conhecimento/construção de artigos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados (Dias; Fernandes; Salgado, 2020).

Conforme podemos observar no quadro apresentado, os dados coletados resultado das análises das entrevistas, foram agrupados em categorias definidas conforme o propósito do estudo. Com base nessas análises, e, considerando as narrativas e as interlocuções dos participantes da pesquisa foi realizada a triangulação desses dados, vinculada a subcategorias que ampliam a possibilidade

descritivo-analítica de compreender as concepções dos Gestores de ensino e dos Coordenadores dos NAPNEs.

Dentro da primeira categoria analisada (i) Estrutura, potencialidades e limitações no atendimento aos discentes público da Educação Especial no IFRJ, verificamos que os Coordenadores dos NAPNEs enfrentam diariamente o desafio de construir estratégias inclusivas para o público da Educação Especial. A partir da análise, compreendemos que os NAPNEs do IFRJ se revelaram com um grande potencial de atuação com o público da Educação Especial, que de forma solitária, articula e promove ações inclusivas em seus *campi,* mesmo não sendo contemplados com a infraestrutura mínima necessária para desenvolverem suas ações. Ainda dentro da primeira categoria, constatamos que falta aos Gestores de Ensino da Reitoria, um mapeamento sobre a realidade dos Núcleos, de modo que saibam ao menos, o quantitativo de estudantes com deficiência e necessidades específicas matriculados na Instituição que eles gerem.

O estudo indicou, ainda, que todos os pesquisados reconhecem a importância dos Núcleos na Instituição, pois, apesar do cenário caótico apresentado nos Núcleos como: falta de condições de trabalho, falta de infraestrutura, ausência de equipamentos, escassez de mão de obra, barreiras atitudinais, falta de pessoal, não participação de docentes atuando nos Núcleos, dificuldades financeiras para apoio aos projetos desenvolvidos, falta de parcerias externas, ausência do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a não existência da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e falta de equipe especializada para atendimento dos discentes.

Outro ponto importante levantado, é que, em virtude da expansão da Rede Federal e os dispositivos legais sobre a reserva de vagas para estudantes com deficiência, foi identificado no IFRJ em 2020, um crescimento em seis anos, de 2014 a 2020, na ordem de 913% nas matrículas de estudantes com deficiência e necessidades específicas, com delineamentos e dimensões importantes em termos de atendimento nos Núcleos dos Institutos Federais.

Na segunda categoria analisada (ii) Concepções dos pesquisados sobre inclusão de alunos público da Educação Especial na EPT, identificamos a possibilidade de uma Educação inclusiva na EPT, porém, os pesquisados apontam a questão estrutural como condição para que isso ocorra e afirmam (Dias; Fernandes; Salgado, 2020): senão, correremos o risco de cairmos em uma "falsa inclusão" ou em uma "inclusão perversa", em que o estudante tem o direito ao acesso e, em seguida, descobre que foi uma utopia, pois não terá condições de permanecer e concluir seu curso, por falta de condições estruturais, como, falta de mão de obra especializada (professor de Atendimento Educacional Especializado, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, tradutor e interprete de libras, e outros), de formação docente, de equipamentos, de acessibilidade e investimentos.

A autora esclarece que os Coordenadores dos Núcleos ainda acreditam no trabalho junto aos docentes e a equipe de servidores nos *campi*, que os NAPNEs têm "tirado leite de pedra" ao desenvolver suas atividades diárias com déficit de infraestrutura (Dias; Fernandes; Salgado, 2020). Mesmo com tudo isso, acreditam nas potencialidades dos estudantes, valorizando seus saberes, minimizando suas dificuldades, acreditando nas suas potencialidades e em sua formação exitosa.

Na terceira categoria de análise, que diz respeito a (iii) Gestão e a inclusão dos alunos no IFRJ, foi observado que, mesmo com a ausência de uma proposta institucional de Projeto para o público da Educação Especial, proveniente da Reitoria, através de suas Pró-Reitorias, os NAPNEs desenvolvem seus projetos de forma diversificada por meio de cursos de extensão, capacitação docente, reuniões pedagógicas, cursos para comunidade interna e externa, fóruns, palestras e acolhimento dos estudantes.

Oportuno frisar que, a pesquisa de Dias, Fernandes e Salgado (2020), salienta que no IFRJ os NAPNEs estão alocados na gestão da Pró-Reitoria de Extensão e nos *campi*, sob a gestão da Direção Geral, conforme organograma institucional e o Regulamento dos NAPNEs. Diante da realidade apresentada, ponderamos se seria mais proveitoso os NAPNEs estarem vinculados à Pró-Reitoria que instancia o Ensino, a Pró Reitoria de Ensino, em função de ser a Educação Especial uma modalidade de ensino, e nos *campi*, aos Diretores de Ensino, pois são os que regem toda a concepção político-pedagógica dos cursos, desde a sua proposta até a execução.

Outro diagnóstico encontrado pela autora, diz respeito ao fato que cada Núcleo desenvolve seu trabalho de forma solitária, que não existe nenhuma articulação entre a Pró-Reitoria de Extensão, a Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas, a Coordenação Geral de Diversidades e os NAPNEs. A autora esclarece que, embora a Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas e a Coordenação Geral de Diversidades estarem sub-hierarquizadas à Pró-Reitoria de Extensão, em relação aos NAPNEs, os Núcleos não recebem diretrizes que constituam uma rede tecida entre essas instancias de gestão da diversidade (Dias; Fernandes; Salgado, 2020).

Sendo assim, a autora esclarece a necessidade da construção de uma comunicação, de uma relação entre os Núcleos e sua chefia na Reitoria, seja a Pró-Reitoria de Extensão, Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas ou a Coordenação Geral de Diversidades (Dias; Fernandes; Salgado, 2020). A Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas e a Coordenação Geral de Diversidades precisam servir como "drenos" para as necessidades que se fazem presentes no cotidiano dos Núcleos, levando até a Pró-Reitoria instanciada e ao Reitor suas reais carências.

Acreditamos que essa ação desconectada entre Pró-Reitoria de Extensão, Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas e Coordenação Geral de Diversidades, traga como consequência, impactos negativos que recaem sobre os NAPNEs (Dias; Fernandes; Salgado, 2020), que devido à

complexidade que é a inclusão e, ainda a total carência a que os Núcleo de Acessibilidade estão acometidos, não obstante, ter uma coordenação geral que abraça três Núcleos [10] : os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual.

O fato de se ter uma única coordenação abraçando três Núcleos tão diversos é um diferencial negativo a mais que o IFRJ oferece, faltando um setor específico na Reitoria para implementar e acompanhar as ações, assessorando e subsidiando o processo educativo dos estudantes da Educação Especial. Assim, veio a reflexão da necessidade de o NAPNE se transformar em setor, pelas suas especificidades e pela clientela diversificada para a qual oferece suporte diariamente. Um setor de referência e excelência em uma Instituição de referência e excelência, local onde deve estar a inclusão.

Os resultados trouxeram através das narrativas dos participantes, a evidência da realidade institucional dos NAPNEs do IFRJ, que trabalham de forma solitária e sem nenhum tipo de apoio da Reitoria. Nesse sentido, percebeu-se, então, que a única intervenção feita pela Reitoria nos NAPNEs, foi a Portaria de criação e de nomeação dos membros. Após isso, nada mais parece ter sido feito (Dias; Fernandes; Salgado, 2020).

Na quarta categoria de análise (iv) Perspectivas de trabalho, O Guia objetivou orientar qualquer indivíduo que atue com pessoas com deficiência e necessidades específicas, seja na contribuição do desenvolvimento profissional, pessoal, dar suporte na formação de estudantes, na SRM com o Atendimento Educacional Especializado, na equipe pedagógica, nas ações de atendimento dos Núcleos, enfim, subsidiar o trabalho da equipe escolar, facilitando o processo de inclusão do estudante com deficiência.

Um comparativo será apresentado ao final desta seção objetivando uma comparação efetiva entre os resultados encontrados em 2020, e em 2024, e ainda, apontando as questões que foram sanadas no intervalo entre a publicação dos resultados em 2020 a 2024.

4.2 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA PESQUISA DE 2024

Conforme apresentado, na pesquisa de 2020, a partir dos dados coletados e analisados, foram construídas quatro categorias temáticas relacionando a reflexão sobre os dados analisados com o referencial teórico estudado e os objetivos da pesquisa.

Com esse objetivo, confluímos para integrar aos resultados desta pesquisa, os resultados da pesquisa realizada em 2024, proporcionando a continuidade dialógica das interlocuções com gestores

10 Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/proex/organograma-e-contatos

de ensino e coordenadores dos núcleos de acessibilidade sobre a inclusão de alunos com deficiência e necessidades específicas no IFRJ.

Diante dessas considerações, organizamos o Quadro 2 com os resultados da pesquisa de 2024 classificadas no contexto de categorias, que se desmembram em subcategorias.

A escolha por esse tema, tenta ampliar uma análise das políticas na área da Responsabilidade social, nos núcleos de acessibilidade do IFRJ, trazendo as narrativas dos gestores de ensino e dos gestores dos núcleos de acessibilidade, que desenvolvem diariamente e incansavelmente ações, a fim de implementar práticas que respeitem os pressupostos da inclusão.

Fato que se faz importante, especialmente por defender na verdade, a (in)visibilidade desses núcleos dentro das Instituições, que ainda carecem de maior representatividade para atingir uma atuação mais incisiva e categórica, na busca constante por espaços e por uma consolidação de suas atividades.

Quadro 2. Categorias e Subcategorias

Categorias temáticas	**Subcategorias**
1. Estrutura, potencialidades e limitações no atendimento ao público da Educação Especial no IFRJ e no IPV.	1. Perfil dos Participantes.
	2. Estrutura dos Núcleos de Acessibilidade.
	3. Função e Trabalho desenvolvido pelos Núcleos.
	4. Potencialidades e limitações dos Núcleos.
	5. Impacto do trabalho dos Núcleos no processo ensino- aprendizagem dos estudantes.
2. Concepções dos Gestores de Ensino e Coordenadores dos Núcleos sobre as políticas públicas na área de responsabilidade social.	6. Percepção dos Gestores de Ensino e Coordenadores dos Núcleos do IFRJ e IPV sobre a inclusão como responsabilidade social.
	7. Percepção dos Gestores de Ensino e Coordenadores dos Núcleos do IFRJ e IPV sobre as políticas públicas na área de responsabilidade social.
	8. O NAI-ENEE e o NAPNE, e a gestão com responsabilidade social.
3. A gestão e a inclusão no IFRJ e no IPV.	9. O NAI-ENEE e o NAPNE, e o desenvolvimento da cultura de inclusão.
	10. Articulação entre os Núcleos e os Gestores.
	11. Propostas de projetos e ações afirmativas da gestão para os Núcleos.
4.Perspectivas após publicação e divulgação da pesquisa.	12. Propostas de trabalhos futuros.
	13. Ampliação do conhecimento, participação em eventos e construção de artigos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Na pesquisa de 2024, optamos por realizar a pesquisa com os Gestores de Ensino, por considerarmos, os Coordenadores dos Núcleos, como Gestores, por concluirmos que eles, diariamente, alinham e costuram ações de ensino com toda a comunidade interna e externa. Assim, a escolha dos Gestores de Ensino, se dá pelo desenho com o assunto pesquisado, e por entendermos que a Gestão é a principal responsável, por articular as políticas públicas no IFRJ e realizar as articulações das práticas cotidianas com os núcleos de acessibilidade.

Além disso, faz-se necessário ressaltar que essa primeira categoria dialogou com todas as outras categorias e subcategorias, tendo em vista que há um entrelace entre elas e, além disso, confluímos para integrar aos resultados desta pesquisa, os resultados da pesquisa realizada em 2020, proporcionando a continuidade dialógica das interlocuções com gestores de ensino sobre a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas no IFRJ, voltada para o desenvolvimento da inclusão no cenário da Educação Especial.

Na primeira categoria estrutura, potencialidades e limitações no atendimento ao público da educação especial no IFRJ, foi constatado que em 2024, mesmo sabendo, que desde 2018, foi assegurado pelo CONSUP, a criação de um espaço com estrutura mínima para o funcionamento das atividades do Núcleo, passados mais de seis anos, alguns núcleos ainda não possuem sala, ou usam sala compartilhada com outros núcleos ou setores, como a Coordenação Técnico Pedagógica ou com as pseudos SRMs, sem recursos, continuam contando com a boa vontade dos Diretores Gerais para terem essa garantia que foi assegurada em 2018.

Quanto as estruturas dos Núcleos de Acessibilidade do IFRJ, no que se diz respeito a estrutura, aos recursos humanos, recursos materiais e financeiros não existem muitas diferenças entre as duas pesquisas.

Já no IFRJ, desde 2020, vimos que, a realidade institucional apresentada é uma das limitações apontadas para a efetivação da inclusão, com a necessidade urgente de contratação de especialistas como: pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, tradutores intérpretes de Libras e professor AEE, além das SRMs equipadas, conforme prevê a PEEI (Resolução nº 125/2023/ConSup/IFRJ).

Um outro ponto encontrado, é no impacto do trabalho dos núcleos no processo ensino-aprendizagem dos discentes, e as potencialidades que os núcleos possuem no desenvolvimento do trabalho que desempenham. Os Núcleos têm atendido as necessidades dos estudantes, buscando soluções para os problemas diários, possibilidades de desenvolvimento de um trabalho individualizado para o público, mesmo sem infraestrutura. Tais problemas diários podem ser associados à acessibilidade atitudinal, pois, cotidianamente, observamos a reafirmação das deficiências e das

impossibilidades desses estudantes, enquanto suas habilidades e possibilidades são raramente destacadas.

No IFRJ, os NAPNES, até então, representam uma das únicas, ou a única ação no âmbito do IFRJ voltada ao público da EE nos *campi*. Entretanto, podemos observar no desenrolar desta pesquisa, que os NAPNEs têm realizado um trabalho que contribui para a promoção, não só do acesso, mas da permanência dos estudantes com deficiência e necessidades específicas, desenvolvendo ações para a promoção de uma educação inclusiva, mesmo que ainda de forma muito solitária.

Embora revolucionária no campo pedagógico, a atuação dos núcleos, amplamente exposta neste trabalho, evidencia com clareza a dedicação e a competência dessas entidades na construção e no desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tal educação é embasada no tripé ensino, pesquisa e extensão, uma tríade prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/1996) como função das universidades e, analogamente, também proposta pelos Institutos Federais (IFs), conforme disposto na Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

No caso do IFRJ, podemos concluir que desde a realização da pesquisa de 2020, passados quatro anos, as limitações dos NAPNEs são as mesmas, firmadas em falta de infraestrutura e ausência de recursos humanos e investimentos. Será que os Núcleos foram criados somente por força da lei? Nesse ponto, nota-se quase nenhuma modificação no resultado da pesquisa anterior.

Percebemos, diante de tudo isso, e mais uma vez concluímos que, mesmo com a criação de uma Política de Educação Especial Inclusiva, o IFRJ não se tornou uma Instituição Inclusiva de fato, para isso, serão necessárias ações efetivas internas para modificar a cultura de exclusão existente na Instituição, pois um documento por si só, não muda uma cultura de exclusão enraizada por anos, muitos ainda defendem a ideia de que uma instituição de referência e excelência não é lugar para pessoas com deficiência e necessidades específicas.

E, mesmo sabendo que, tendo uma Política Inclusiva, o IFRJ continua inibido, pois mesmo sendo, o único documento que ampara a Educação Especial no IFRJ, ele não assegura condições favoráveis para a construção de uma cultura de inclusão. Vejamos o avanço cada vez mais galopante do número de estudantes com deficiência ou necessidades específicas matriculados, conforme apresentado pela pesquisa realizada no e-SIC, e mesmo sabendo que a pesquisa anterior, evidencia um aumento nas matrículas desse público, na ordem de 913% em seis anos, de 2014 a 2020, que tem o acesso, já necessitando de atendimento especializado e a sua inexistência. Qualquer ação é sucumbida pela não existência do mínimo, como por exemplo, uma sala para o NAPNE, um professor AEE, uma SRM equipada, profissionais especializados para o atendimento desse público.

Não se observa no IFRJ, desde sua criação em 2008, mesmo com a criação da Política de Educação Especial Inclusiva na Instituição em 2023, ações para promover a cultura de inclusão, procedimentos para mudar o cenário caótico no atendimento desses estudantes, apenas ocorrem atitudes modestas e paliativas, mesmo assim, em obediência a alguns dos documentos mandatários.

Na segunda categoria, Concepções dos Gestores de Ensino e Coordenadores dos Núcleos sobre as políticas públicas na área de responsabilidade social, buscamos, dar protagonismo aqueles que diariamente têm a missão de operacionalizar ações de ensino, para os discentes e, inclusive, para os da EE, os Gestores de Ensino.

Dada a importância da Responsabilidade Social na inclusão de estudantes com deficiência e necessidades específicas, pontuamos que o termo Responsabilidade Social ainda é pouco propagado no Brasil, principalmente, no âmbito do Ensino e da Educação Especial, foco da pesquisa.

A fim de compreender as percepções dos gestores a respeito da inclusão como Responsabilidade Social, tanto as Instituições de Ensino quanto os cidadãos, têm um papel muito relevante na contribuição para a melhoria das condições da sociedade, através do desenvolvimento da Responsabilidade Social, quer seja no nível das práticas, ou no das reflexões, da formação e da educação de valores dos cidadãos ou na investigação sobre o tema.

Para provocar reflexões contundentes acerca da Responsabilidade Social reiteramos que implicitamente à Responsabilidade Social é uma integração voluntária das suas práticas, com expectativas que, desse compromisso, resultem preocupações e ações imperativas, que movimentem e tragam benefícios a médio e longo prazo ao foco do objetivo. Então, é estimado que já ocorra esse retorno nas Instituições de ensino, o que já não podemos prever ao IFRJ, já que a instituição não traz em sua missão, valores e visão, a inclusão como responsabilidade social. Até que ponto o IFRJ potencializa o que está nos documentos orientadores e norteadores sobre a inclusão? Até que ponto o IFRJ protagoniza o que está na sua Política de Inclusão? A Política de Inclusão do IFRJ assegura a existência de condições favoráveis para a construção de uma cultura de inclusão? Desde a publicação da Política de Inclusão em 2023, as práticas no IFRJ atuam como ações afirmativas, visando a desconstrução da cultura de exclusão e consolidação da cultura de inclusão em seus *campi*? A Política publicada impactou em mudanças nas rotinas dos NAPNEs? Ela passou a assegurar a permanência e o êxito dos estudantes?

A pesquisa de 2020 traz alguma limitação no que tange a abordagem sobre responsabilidade social, que está sendo empreendida nesta seção, mesmo assim, empreenderemos acerca da visão dos gestores de ensino sobre as ações afirmativas e as políticas públicas na área da inclusão no IFRJ.

Nos relatos dos entrevistados na pesquisa de 2020, é consenso que os Gestores encontravam dificuldades na implementação das ações voltadas para a inclusão, principalmente por questões como a falta de sensibilidade de alguns docentes, infraestrutura precária, falta de capacitação docente, ausência de uma equipe especializada, falta de acessibilidade nos *campi* e formação continuada para os servidores nas temáticas da inclusão. Para os gestores, sem a solução desses impedimentos os estudantes da EE no IFRJ, serão vítimas da "inclusão perversa".

Outro fato que é consenso na pesquisa de 2020 é que a maioria dos pesquisados expressaram que as práticas inclusivas dentro do IFRJ, precisam ser modificadas e melhoradas, pois já foi extrapolado o prazo para que ações em cumprimento dos documentos de caráter mandatário da educação brasileira sejam cumpridos.

É preciso acentuar que na pesquisa de 2020, a Gestão aponta para a realidade institucional dos NAPNEs, que servem de suporte para as práticas pedagógicas com estudantes com deficiência e necessidades específicas, trabalham de forma solitária e sem nenhum tipo de apoio da Reitoria. Assim, nos parece que a única intervenção feita pela Reitoria nos NAPNEs, foi a portaria de criação e a de nomeação de seus membros. Após isso, em 2023, a publicação da Política de Educação Especial Inclusiva e a nomeação de uma Coordenação geral para os NAPNEs na Reitoria, composta de uma única pessoa. Assim concluímos, que nada mais precisa ser feito, pois parecem acreditar que, dessa forma, a política institucional inclusiva sairá do papel e será instaurada nos 15 NAPNEs da Instituição.

Na terceira categoria a gestão e a inclusão no IFRJ procurou trazer as percepções dos sujeitos da pesquisa, sobre os núcleos de acessibilidade e o desenvolvimento da cultura de inclusão nas duas instituições, os projetos desenvolvidos pelos núcleos, bem como, analisar a articulação entre eles e os núcleos, pretendemos ainda, mostrar se existe um entrelaçamento de ações e de informações entre o fazer diário nos Núcleos e os Gestores, assim como, uma articulação de propostas de trabalho dos Gestores para os Coordenadores dos Núcleos.

A escola, para ser inclusiva, precisa (re)desenhar sua estrutura, sua organização, sua concepção, sua prática de avaliação, suas estratégias de ensino e metodologias. É preciso pensar em múltiplas ações inclusivas, junto a missão, valores, visão e a Responsabilidade Social institucional, conforme o relato de um dos gestores do IPV "porque nós queremos nos afirmar como uma instituição que recebe bem, e que é que é inclusiva"!

A interface dessas descrições com os resultados apontados na pesquisa de 2020, na qual percebemos que, além dos projetos, os NAPNES conseguem realizar muito além do esperado, diante do cenário identificado, da ausência de quase tudo, só não conseguimos constatar, diante das narrativas, a vontade de desistir. Percebemos que na ocasião, dos 15 Núcleos, 13 Núcleos desenvolviam Projetos.

Face ao exposto, que mesmo com a ausência de uma proposta de Projeto para o público da EE, proveniente da Reitoria, através de suas Pró-Reitorias, os NAPNEs desenvolvem seus projetos de forma diversificada através de cursos de extensão, capacitação docente, reuniões pedagógicas, cursos para comunidade interna e externa, fóruns, palestras e acolhimento dos estudantes, mesmo com a total ausência de infraestrutura.

Fazendo uma breve intertextualidade, ao retomar a ideia de, se não seria mais apropriado e proveitoso se os Núcleos nos *campi,* estivessem sob a chefia imediata da Direção de Ensino, ao invés da Direção Geral, tendo em vista, ser a EE uma modalidade de ensino, e por ser o ensino, onde estão alocados os alunos? Entendemos que, dentro de uma Instituição de ensino, quem experiencia as questões diárias da prática pedagógica docente e discente, é o Ensino. E continuamos não entendendo, o porquê da Educação Especial estar alocada na Pró-Reitoria de Extensão.

O texto da pesquisa traz nos relatos dos Gestores da Reitoria, a ausência de articulação com os núcleos e o reconhecimento da dificuldade dos Núcleos com a falta de infraestrutura. Dessa forma, o NAPNE não pode resolver os problemas apontados até aqui, com a boa vontade de seus integrantes, entretanto, esse fato, novamente flagra a invisibilidade do núcleo e dos estudantes com deficiência e necessidades específicas diante da instituição, que mesmo assim, quer ter a excelência no ensino e ser referência de ensino.

Podemos protocolar através dos relatos dos Gestores de ensino, que as dificuldades encontradas, na maior parte dos casos, estão vinculadas a falta de estrutura para desenvolver o trabalho. Nos relatos dos Coordenadores, é imperativo a expressão que os Núcleos realizam o trabalho e desenvolvem seus projetos, mesmo sem conseguir tal estrutura. Precisamos converter essa situação apresentada, em investimentos para constituir esses espaços de fundamental importância na Instituição, passando os núcleos a serem também, espaços de excelência e referência na inclusão dos estudantes.

Há de se levar em consideração que no IFRJ, os Gestores da Reitoria apresentam uma visão diferenciada dos Diretores de Ensino quanto a articulação entre a gestão e os Núcleos. Nas narrativas dos Diretores de Ensino percebemos que eles se apropriam da realidade dos núcleos, inclusive com alguns Diretores de Ensino compondo os NAPNEs, apoiando atividades, buscando parcerias. Não percebemos nenhuma articulação dos Gestores da Reitoria com os *campi*, parecem continuar distantes e com explanações muito recatadas sobre essa possível articulação.

É necessário e com urgência, estabelecer uma relação entre os NAPNEs e as gestões, verificamos nas narrativas, que o vínculo existe dentro dos *campi*, entre os NAPNEs e as direções. Essa relação é necessária também, entre os Núcleos e a Reitoria, seja através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Diretoria de Diversidades e Ações Afirmativas (DiDAA), da Coordenação

Geral de Gênero e Diversidade (COGED), da Coordenação Geral dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CGNAPNE), mas que se tenha de fato uma relação com comunicação efetiva.

Parece que a CGNAPNE está servindo como "desaguadouro" para as necessidades que se fazem presentes no cotidiano dos Núcleos, levando até a PROEX, suas reais carências, o que é muito bom, e passou a ser executado somente em 2022, mas é necessário que o Núcleo tenha voz dentro do Instituto, e as reais carências dos núcleos cheguem em instâncias superiores e com poderes decisórios.

Partindo da premissa sobre a falta de articulação e comunicação entre a reitoria e os núcleos, uma das perguntas aos diretores de ensino dos *campi* na pesquisa de 2020 foi: quais orientações a sua gestão recebe da Reitoria ou Pró-Reitorias para desenvolver melhor as ações inclusivas em seu campus? As respostas foram: 14 ou 88% responderam que não recebem nenhuma orientação, um ou 6% responderam muito pouco e um ou 6% responderam que recebe, mas da Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico. O que pensávamos ser até aqui, uma desarticulação entre a PROEX, a DiDAA, a COGED e os NAPNEs, se caracteriza, através das narrativas, como um total desalinho e uma completa desarticulação e falta de comunicação entre esses setores.

Deste modo, pode-se entender que é fundamental essa articulação, pois durante todos esses anos de existência, os NAPNEs se tornaram um banco de dados com informações preciosas sobre os caminhos a serem seguidos, assim como dos caminhos que devem ser evitados. É essencial que se busque essa articulação na intenção de replanejar os Núcleos, desde a sua infraestrutura até a sua atuação e a função nos *campi*. Na busca de uma ancoragem para a execução da Política de Educação Especial Inclusiva, que ainda vive somente nos papéis, e urge em se tornar uma política de inclusão, de Responsabilidade Social da Instituição.

Quanto às perspectivas, a quarta categoria encontrada na pesquisa, acreditamos que o trabalho final poderá proporcionar aos leitores uma compreensão mais profunda da relação fundamental entre a Educação Politécnica, a Educação Especial e a Responsabilidade Social. Ao destacar essas interconexões, buscamos ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas diversas instituições de ensino, incluindo os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, presentes nos quase setecentos IFs em todo o Brasil.

Esse enfoque visa reforçar a importância desses núcleos não apenas como estruturas de apoio, mas como espaços essenciais para a inclusão, promovendo a equidade e garantindo o acesso de estudantes com deficiência e necessidades específicas a uma educação de qualidade. Ao ampliar essa visibilidade, esperamos que a pesquisa contribua para o avanço de uma cultura inclusiva nas

instituições de ensino, tornando as práticas de acessibilidade e inclusão mais evidentes, eficazes e reconhecidas dentro do contexto da educação politécnica.

Finalizando e como recurso de parâmetro para colaborar com a análise e reflexão, serão elencadas aqui os dezesseis principais resultados encontrados não por prioridade, mas como conclusão da pesquisa do mestrado em 2020 (Dias; Fernandes; Salgado, 2020), na qual identificamos como efetivas contribuições do estudo, para otimização das condições do acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação Especial.

Dentre as dezesseis necessidades prioritárias encontradas nos resultados, seis delas foram efetivadas de forma completa, no período entre 2020 e 2024, outras de forma parcial, restando ainda dez, para realização. Apresentaremos, primeiramente, as seis efetivadas, em seguida as dez ainda não realizadas e, ao final, comentaremos as que foram realizadas de forma parcial, conforme apresentamos abaixo:

1. implementação de uma Política de Inclusão Institucional transversalizadora;
2. transformação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas em um setor do IFRJ, com as características e possibilidades de um setor de atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial, com protocolos institucionalizados, com servidores com dedicação exclusiva e com gratificação;
3. construção de um canal de comunicação para manutenção de diálogo entre a Pró-Reitoria a qual o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas esteja instanciado;
4. orientações de procedimentos, adoção de protocolos de atendimento;
5. um plano de ação guiado pela Pró-Reitoria a qual o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas esteja instanciado;
6. planejamento de atividades e trocas entre os Núcleos com a participação da Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas e Coordenação Geral de Diversidades.

1. contratação de especialistas como: pedagogos, psicólogos, tradutores intérpretes de Libras e professor para o Atendimento Educacional Especializado;
2. investimentos financeiros no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, dando estrutura ao trabalho desempenhado;
3. acessibilidade nos 15 *campi* e na Reitoria;
4. atualização do Regulamento;
5. capacitação dos servidores para o atendimento ao público da EE;

6. revisão da carga horária destinada ao atendimento do Núcleo, de oito horas semanais, segundo o Regulamento e, segundo documento referente a carga horária docente, de quatro horas semanais;
7. uso de Tecnologias Assistivas Educacionais;
8. uso de metodologias educacionais ativas;
9. SRM nos *campi* onde se tiver a necessidade;
10. revisão da inclusão nos Documentos Institucionais, como por exemplo no Plano de Desenvolvimento Individual e no Projeto Pedagógico Institucional.

Convém ressaltar que, foram cumpridas de forma parcial os seguintes itens: item dois, os servidores que atuam no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas como coordenadores, não possuem dedicação exclusiva, tampouco seus membros, apesar do núcleo ter sido transformado em setor. No item seis, o planejamento e atividades entre os núcleos estão sendo realizadas em parceria com a CGNAPNE e não com a Diretoria de Diversidades e Ações Afirmativas e nem com a Coordenação-Geral de Diversidades, que são as instancias possuidoras de prerrogativas e gerência sobre a inclusão no IFRJ. Quanto ao item um dos não realizados, foram contratados somente quatro professores substitutos de AEE, e somente quatro *campi* do IFRJ, possuem as pseudo SRM, no ano de 2024.

5 CONCLUSÃO

Procuramos apresentar, mediante um recorte dos principais pontos, algumas das especificidades do que ocorreu ao longo das pesquisas de 2020 e de 2024 do exercício das análises das categorias e subcategorias. As apreensões apresentadas como resultado da pesquisa, tiveram como objetivo demonstrar as concepções dos Gestores de Ensino e dos Coordenadores dos NAPNEs, que fundamentam as narrativas a respeito da Educação Especial na Educação Profissional, no IFRJ por esses atores.

Na análise da arquitetura documental realizada na pesquisa, concentramos especialmente nos documentos institucionais norteadores e normativos internos do IFRJ. Dessa forma, foi possível perceber que, embora de forma gradual, a situação tem se modificado mesmo que de forma muito lenta. No entanto, é importante reconhecer que, muitas vezes, as mudanças ainda permanecem apenas no papel e distantes do que é realmente exigido pela legislação brasileira, especialmente no que se refere às diretrizes para o AEE e as SRMs. A distância entre as políticas documentadas e sua implementação prática reflete os desafios contínuos na efetivação da inclusão e do atendimento adequado aos alunos com deficiência e necessidades específicas.

Verificamos que alguns documentos normativos internos do IFRJ ainda apresentam textos obsoletos, o que mostra o reflexo das dificuldades na implementação efetiva de políticas inclusivas. Com base nos documentos orientadores e mandatários, as análises procuraram entender como esses textos direcionam as discussões sobre a política do IFRJ voltada para a Educação Especial. A pesquisa identificou um crescimento acelerado nas matrículas de alunos com deficiência e necessidades específicas, o que exige a construção de políticas mais adequadas e detalhadas, além de um maior investimento na estrutura e nos serviços dos NAPNEs do IFRJ, para atender à demanda crescente e garantir a inclusão plena desses estudantes.

Outra conclusão importante da pesquisa é que, assim como na pesquisa de 2020, os NAPNEs do IFRJ continuam sendo os únicos responsáveis pelo atendimento ao público da Educação Especial na instituição.

Concluímos ainda, que os NAPNEs foram criados apenas por força da lei e continuam de maneira semelhante desde a sua criação, com modificações muito modestas ao longo do tempo. Em 2025, corroboramos a visão da pesquisa de 2020, revelando que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos núcleos, eles não deixaram de demonstrar suas potencialidades.

Os NAPNEs têm se esforçado para realizar ações voltadas para a inclusão, mesmo diante das muitas limitações estruturais e recursos escassos, que dificultam a implementação de um trabalho mais abrangente e eficaz. Esse cenário aponta para uma realidade em que, embora os núcleos estejam comprometidos e atuem de forma positiva, as condições estruturais necessárias para que suas ações se tornem verdadeiramente transformadoras, ainda são muito insuficientes.

A falta de estrutura e apoio efetivo limita a capacidade de execução dessas ações e evidencia a necessidade urgente de mudança de atitude da gestão para que a inclusão no IFRJ seja efetiva e de qualidade, e de excelência e referência não só no ensino, mas em Responsabilidade Social e políticas públicas de inclusão.

Uma mudança observada de 2020 até o momento atual, em consonância com os resultados da pesquisa de 2020, foi a transformação do NAPNE em um setor específico, o CONAPNE, o que possibilitou a criação da almejada Coordenação Geral do NAPNE, a CGNAPNE, um setor específico dentro da Reitoria. Essa mudança representou um avanço importante, trazendo maior visibilidade e estrutura aos núcleos e ao processo de inclusão.

Outro ponto destacado nos resultados da pesquisa de 2020 foi a falta de articulação entre as instâncias responsáveis na Reitoria pelos NAPNEs, esse isolamento contribuiu para um cenário de desarticulação, em que a falta de integração dificultava a efetividade das políticas de inclusão e comprometia o apoio necessário para o bom desenvolvimento das ações.

A criação da Coordenação Geral foi uma resposta direta a essa situação, separando a Coordenação dos NAPNEs, dos outros dois núcleos, mas também refletiu a complexidade da inclusão e a carência estrutural a que os NAPNEs estavam submetidos. Como foi amplamente criticado na pesquisa de 2020, a existência de uma única coordenação que abraçava três núcleos tão distintos e complexos foi vista como um fator limitante e negativo.

É relevante comentar que, desde os resultados da pesquisa de 2020, os NAPNEs no IFRJ continuam alocados na Pró-Reitoria de Extensão, e não instanciados à Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que é a instância responsável pelo ensino, considerando que a Educação Especial é uma modalidade de ensino.

Um dos objetivos desta pesquisa foi dar continuidade ao processo investigativo iniciado durante o curso de mestrado, integrando seus resultados e mantendo uma continuidade dialógica com a pesquisa anterior. Essa continuidade permitiu uma maior compreensão das interlocuções com gestores de ensino sobre a inclusão de alunos com deficiência e necessidades específicas, no IFRJ. Ao integrar todos os objetivos propostos, podemos concluir que alcançamos os resultados, pois conseguimos responder às questões norteadoras da pesquisa.

Entendemos que ainda há uma distância a ser percorrida para que a inclusão no IFRJ esteja completamente alinhada aos documentos normativos legais existentes e aos normativos internos, criados e descumpridos pelo IFRJ. O processo de inclusão envolve tanto os estudantes quanto os servidores, com e sem cargo de gestão. A realidade atual, conforme observado, exige um compromisso real da instituição, que precisa reconhecer a inclusão como uma Responsabilidade Social genuína.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

DIAS, Kátia Arruda. O ensino politécnico no Brasil e em Portugal*:* uma análise sobre a responsabilidade social com a educação especial no IFRJ e no IPV. 2025. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

DIAS, Kátia Arruda. Um suporte de acessibilidade: um guia orientador na educação profissional tecnológica do IFRJ. 2020. 415 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

DIAS, Kátia; FERNANDES, Edicléa. O estado da arte sobre a inclusão nos Institutos Federais: dialogando sobre ações inclusivas na rede. VIII CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades – Desafios do campo interdisciplinar em tempos de pós-verdade, GT1 - Acessibilidade em tempos de diversidade, inclusão social e escolar. Maceió, outubro de 2019.

DIAS, Kátia; FERNANDES, Edicléa; SALGADO, Patricia. Inclusão como política pública na Rede Federal: um olhar sobre o IFRJ. Curitiba: CRV, 2021. 150 p. ISBN Digital 978-65-251-0600-7. ISBN Físico 978-65-251-0601-4. DOI 10.24824/978652510601.4. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36156-inclusao-como-politica-publica-na-rede-federal-um-olhar-sobre-o-ifrj. Acesso em: 15 de maio de 2025.

DIAS, Kátia; FERNANDES, Edicléa; SALGADO, Patricia. Práticas pedagógicas na educação especial: um suporte para a promoção do acesso, permanência e êxito. Rio de Janeiro: Conectar Editora (Selo Hypatia), 2021.

DIAS, Kátia; FERNANDES, Edicléa; SALGADO, Patricia. Um suporte de acessibilidade: guia orientador na educação profissional tecnológica do IFRJ. Rio de Janeiro: Hypatia, 2020.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista paraense de medicina,* v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: http://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e- tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). Resolução CONSUP/IFRJ nº 125, de 05 de junho de 2023. Aprova a Política de Educação Especial Inclusiva no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Acesso%20%C3%A0%20Informa%C3%A7%C3%A3o/ConSup/resolucao_no_125-2023_-_aprova_a_politica_de_educacao_inclusiva.docx_anexo.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 3ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.